

Governo amplia prazos para apresentar projetos nas ZPE até março de 1994

por Luiza Pastor
de Brasília

A partir de sinais de que a implantação das catorze Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) aprovadas está tomando um novo impulso, o governo decidiu flexibilizar os prazos para conclusão dos projetos das empresas. Esses prazos, de acordo com a regulamentação das ZPE, deveriam expirar 24 meses após a publicação da lei que rege o sistema, e venceria em março do próximo ano.

“Mas não seria justo darmos oito meses para as ZPE, se o governo federal demorou dezesseis meses para montar o conselho que as administra”, disse o secretário executivo do conselho, Helson Cavalcante Braga. Ele lembrou, entretanto, que se as ZPE já aprovadas vão ter um prazo prorrogado, por terem pago em atraso o ônus da desorganização federal, a mesma elasticidade não será concedida às eventuais novas zonas que puderem ser aprovadas.

Das catorze ZPE, segundo Braga, apenas duas parecem estar definitivamente fora de condições de implantação em qualquer prazo: a de Itacoatiara, no Amazonas, e a de Parnaíba, no Piauí. No primeiro caso, as únicas possibilidades que existiriam seriam a autorização para algum tipo de intercâmbio entre a ZPE e a Zona Franca de Manaus — hoje proibida pela regulamentação das zonas —, ou a implementação de um projeto da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que prevê o escoamento de grãos de Mato Grosso de caminhão até Porto Velho e daí, pelo rio Madeira, até Itacoatiara, onde se faria transbordo para embarcações maiores. O projeto, porém, ainda não saiu do papel.

Já no caso da ZPE do Piauí, Braga lembra que o projeto até hoje não conseguiu superar os problemas de falta de acesso ao porto e de infra-estrutura, tendo abandonado a idéia.



Helson Cavalcante
Braga

Enquanto praticamente descarta a viabilidade de Itacoatiara e Parnaíba, Braga ressalta o adiantado estágio em que se encontram as ZPE de Fortaleza (CE) e Cáceres (MT). No caso cearense, ele lembra que, antes mesmo de o programa ser suspenso, em 1990, pela equipe econômica do governo Collor, o estado já havia investido US\$ 3 milhões em uma lagoa de resíduos destinada ao pólo industrial de sua ZPE, cujo projeto está retomando.

Amanhã será realizado em Fortaleza um seminário promovido pela Federação das Indústrias e a Associação Comercial do Ceará, para relançar oficialmente o programa, que já tem até a empresa administradora formada, com a participação paritária do governo do estado, da Construtora Real e de uma subsidiária da Camargo Correa especialmente formada para esse fim.

Também a ZPE de Cáceres tem a sua empresa formada — só que com mais de oitenta sócios. A ABRASP, segundo Braga, inclui nomes de empresas de grande porte como Coca-Cola, Perdigão, Sadia, Antarctica, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior, entre outros, e pequenos sócios que entraram com uma participação quase simbólica, de US\$ 1 mil.

Há duas semanas, Cáceres teve seu Relatório de

Verbas do BID para estrada

O governador de Minas Gerais, Hélio Garcia pediu ontem ao presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, a liberação ainda neste ano dos recursos para a segunda etapa das obras de duplicação da rodovia Fernando Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. A obra está orçada em US\$ 860 milhões e já foram liberados, até agora, recursos da ordem de US\$ 270 milhões, incluindo as parcelas de Minas, São Paulo, Governo Federal e BID. O pedido de Garcia, que foi endossado pelo governador de São Paulo, ficou de ser estudado pelo presidente do BID.

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, assina decreto hoje para a criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral Paulista e do Vale do Ribeira, cuja finalidade é executar programas e adotar medidas de incremento à indústria pesqueira e melhoria das condições sócio-econômicas da região.

O novo órgão substitui a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa), extinta por Fleury em 23 de julho de 1992. Segundo o decreto, ficam transferidos à nova coordenadoria os Escritórios Regionais de Integração sediados em Caraguatuba, Santos e Registro.

Impacto no Meio Ambiente (RIMA) aprovado, bem como o projeto de alfandegamento enviado à Receita Federal e pretende começar as obras das instalações definitivas já em setembro.

Nas demais ZPE, os trabalhos estão bem adiantados, como em Barcarena (PA), onde o estado vai fornecer a preço simbólico os 900 hectares de área prevista e trinta empresários estão já organizando a empresa. Ou João Pessoa, na Paraíba, onde a empresa, inicialmente, está 100% em nome do governo estadual, com previsão de privatização progressiva e promessas de investimentos de empresários de Taiwan. Caso semelhante ao de Rio Grande (RS), onde a criação da empresa, com essa participação do estado, depende de aprovação da Assembléia Legislativa e está em tramitação, com toda a infra-estrutura já pronta.

A ZPE de Suape, que Braga considera uma das mais promissoras, está trocando sua administração, que estava a cargo da Construtora OAS, e deverá

passar nos próximos dias para dois grandes grupos do Rio de Janeiro, com possibilidade de participação de capital alemão. Já São Luís e Natal, segundo o secretário, estão caminhando em ritmo lento, mas têm boas perspectivas, enquanto Ilhéus e Aracaju pediram realocização da área a ser ocupada.

Entre as que ainda dependem de fatores externos, Corumbá pretende implantar um pólo mineiro-metalúrgico, próximo às minas de Uruçum (de ferro e manganês), com participação majoritária de quatro grandes siderúrgicas que estão incentivando o rápido andamento do projeto; e Araguaína (TO), depende da finalização da ferrovia Norte-Sul, para a qual já conseguiu a adesão de grupos chineses que se comprometeram a construir 100 quilômetros se o projeto conseguir adesão semelhante de empresários do País. Entre os que já se interessaram nessa participação, Braga destaca a Companhia Vale do Rio Doce e “um grupo paulista que não quer aparecer”.